

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UMA NOVA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO NOVO MUNDO RURAL

Murilo Xavier Flores⁽¹⁾
Manoel Moacir C. Macêdo⁽²⁾
Sueli L. Couto Rosa⁽³⁾

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, os modelos, ideologias e programas de desenvolvimento rural têm mudado. Isso reflete as transformações na sociedade e nas diretrizes políticas dos governos⁽⁴⁾. Por exemplo, nos estudos de comunidade rural nos anos 50, predominou a estratégia da distribuição com crescimento. As organizações governamentais eram os principais instrumentos de planejamento e de combate à pobreza. O difusionismo behaviorista baseado na disseminação de pacotes tecnológicos nos anos 60 e 70, consubstanciado nos requerimentos da Revolução Verde, era o paradigma vigente⁽⁵⁾, era o início da chamada modernização da agricultura. O Estado, embora presente nas iniciativas de desenvolvimento no contexto do planejamento, iniciava o seu lento declínio.

A partir dos anos 80, no espectro da sociologia rural, aparecem os chamados estudos de sociologia da agricultura, onde são priorizados o entendimento da estrutura da agricultura, por exemplo: as cadeias agrícolas e o sistema

agroalimentar, incluindo as suas influências e implicações⁽⁶⁾. No plano econômico, aviltaram-se os ajustamentos estruturais da economia. Chambers (1989: p.4) chama a década de 80 como a década da "eficiência sem uma face humana". Os anos 90 revelaram um novo papel do Estado na agenda do desenvolvimento rural. O ponto principal é a mudança de prioridade para a agricultura familiar, ou, em outras palavras, a atenção para os pobres do mundo rural brasileiro⁽⁷⁾.

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento propõe-se a discutir o papel da agricultura e o modelo agrícola vigente no País. As demandas e pressões sociais envolvidas no processo de produção agrícola, incluindo a distribuição e consumo dos produtos e serviços, cobram novas formas de negociação e direcionamento voltadas ao setor agropecuário. O objetivo é a transformação das estratégias governamentais, por meio da adição do controle social e da participação de atores sociais no processo de definição do

papel do setor produtivo rural, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um *novo mundo rural*⁽⁸⁾. Para a Presidência da República e Conselho da Comunidade Solidária (1998: p.4), ao contrário do enfoque econômico neoclássico que enfatiza a sustentabilidade ambiental como uma mercadoria, o desenvolvimento local sustentável "é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais" ... "o conceito de "local" não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução. Pelo contrário, considera a maioria dos setores que trabalha com a questão que o "local" não é um espaço micro, podendo ser tomado como um Município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários Municípios".

O desenvolvimento sustentável, diferentemente dos anos 60, não integrou as decisões de caráter social; e nos anos 70 não se verificou ações expressivas de implementação de uma política ambiental, assim como não constava da agenda pública, visto tratar-se de um complexo e estrutural sistema sujeito às diversas interações e influências. Nesse sentido, as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável são multidimensionais, ou seja, envolvem os elementos econômicos, sociais, culturais, psicológicos, ecológicos, físicos, e especialmente os condicionantes históricos⁽⁹⁾.

- (1) Engenheiro Agrônomo, Mestre em Economia Rural e Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Brasília, DF.
- (2) Engenheiro Agrônomo, PhD em Sociologia e Assessor do Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Brasília, DF.
- (3) Socióloga, Doutora em Sociologia e Consultora em Políticas Públicas e Ambientais, Brasília, DF.
- (4) Graziano da Silva (1993: p. 8-9) afirma que a formulação de políticas agrícolas públicas não é uma ação neutra. Ao contrário, ela é ideológica e visa atender aos segmentos organizados em detrimento dos fracos e desorganizados.
- (5) Pastore et al (1982) declaram que as evidências empíricas de sucesso das inovações tecnológicas na agricultura têm sido com maior destaque na agricultura comercial, ao invés de agricultura de subsistência. Para Macêdo (1984: p. 2), a ênfase na agricultura comercial e de exportação é uma imposição da própria tecnologia que é gerada para atender um específico tipo de agricultor.
- (6) Graziano da Silva e Del Grossi (1997: p. 2) declaram que, nos anos 80, a urbanização do Brasil foi consolidada e verificou-se um crescimento do emprego não-agrícola na área rural.
- (7) Rosa (2005: p. 187) mostra que, nesta perspectiva, "a retórica do desenvolvimento permanece, mas num discurso de mudança de paradigmas e de alteração do enfoque da relação homem-sociedade. O termo não é mais desenvolvimento econômico e sim, social, e o homem passa a ser o centro dos interesses do Estado. Outros conceitos incluídos, ausentes nos Programas anteriores, são os de sustentabilidade e de parceria, buscando envolver as questões de segurança alimentar, democracia e cidadania".
- (8) Busch (1991: p. 40) afirma que a estratégia de desenvolvimento rural focada no conceito difusionista de difusão-adoção é reducionista e incapaz de explicar a complexidade da mudança social no meio rural.
- (9) Para Garkovich et al (1995), a família agrícola ideal é dependente das características da comunidade local, particularmente da tradição, da vizinhança e do espaço rural.

BR0702911

EA9

Revista de Política Agrícola - Ano VII - Nº 03 - Out - Nov - Dez 1998

Isso implica, seguindo van den Berg e van der Straaten (1994), a necessidade de uma intervenção governamental para corrigir o funcionamento do mercado. Para eles, o conceito de sustentabilidade, ao contrário da análise econômica⁽¹⁰⁾ neoclássica, é dependente de problemas éticos relacionados às futuras gerações que irão depender da natureza e do meio ambiente para sobreviverem.

2. O PRONAF

Uma mudança inicial delineou-se, em 1996, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o qual foi concebido para atender aos agricultores familiares⁽¹¹⁾ brasileiros, os quais respondem por aproximadamente 80% da produção de alimentos do país, e que historicamente não recebiam os benefícios da política pública, distintamente do que acontecia com os grupos de interesses e influenciadores da política agrícola.

Fatores estruturais e conjunturais, determinados pelas transformações sociais, inclusive na agricultura internacional, endossavam este favorecimento. O Pronaf, além de ser estruturado como uma ação de política agrícola diferenciada, foi elaborado com base nas reivindicações dos sindicatos e de outras organizações que lidam com as questões rurais e agrícolas. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – Contag tornou-se parceira prioritária do Pronaf, podendo incluir suas pautas de reivindicações e introduzir sugestões, inclusive discutindo recursos e prioridades. Para o Pronaf “o modelo representado pela agricultura familiar corresponde a 5.220.000 estabelecimentos, em que predomina a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários, a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, e o trabalho complementado por traba-

lho assalariado” ... “considerando que a média nacional de pessoas por domicílio no meio rural é de 4,69, cerca de 24,5 milhões de pessoas vivem em estabelecimentos rurais caracterizados como de agricultura familiar, o que representa aproximadamente 17% da população brasileira” (Governo Federal e Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1996: p.7).

Em recente avaliação do Pronaf, Veiga e Abramovay (1998), a partir de um estudo empírico dos seus resultados, concluíram que apesar das dificuldades de implantação, como a seleção de Municípios, o programa desencadeou um inédito e frutífero processo de discussão local sobre os rumos do desenvolvimento rural, que podem engendrar o fortalecimento da agricultura familiar. Para eles, “o Pronaf está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e desenvolvimento rurais”.

Estabeleceu-se, assim, uma nova concepção de desenvolvimento rural dentro do setor público, onde as organizações e interessados passam a influenciar na identificação e definição de demandas, na formulação do projeto, no monitoramento da sua execução e na avaliação dos seus resultados. A prática da participação, antes restrita às políticas de cidadania, passa a fazer parte do discurso das políticas públicas. Nesse sentido, consolida-se a necessidade da participação dos beneficiários, com vistas a torná-los parceiros em projetos de desenvolvimento rural, com alcance social e ambiental. Como consequência, ocorre uma tendência de menor controle do Estado em termos de transferência de recursos e consolida-se uma nova definição de papéis dos atores sociais, com maior comprometimento nos resultados.

Outras transformações estavam em curso no setor rural mundial e brasileiro. Como exemplo, esgotou-se

o modelo de produção agrícola baseado no produtivismo reducionista da revolução verde, ou seja, a obtenção de ganhos de produtividade por meio da incorporação de fatores de produção intensivos em capital, o que se chamou no Brasil de “modernização conservadora da agricultura”. Neste contexto, o processo competitivo entre os mercados europeu e americano, com geração de excedentes agrícolas, impactou fortemente a agricultura dos países subdesenvolvidos, principalmente a agricultura de base familiar e produtora de bens alimentares.

A premissa básica era analisar a agricultura como um setor econômico distinto. O espaço rural era visto como um espaço produtivo, cujo principal agente era o produtor rural e os recursos de que poderia dispor para produzir mais e melhor. De fato, não se percebia o espaço rural no seu aspecto de totalidade, mas apenas territórios agrícolas em expansão, principalmente as conhecidas fronteiras agrícolas. No Brasil, esta visão provocou a construção de um aparato organizacional estatal, como as empresas de pesquisa agropecuária, de assistência técnica e de fomento ao crédito rural.

O objetivo da mudança social concentrou-se no incremento linear da produção e produtividade das lavouras e criações, em detrimento quase que exclusivo das questões de cunho social e ambiental, a exemplo da organização dos produtores, do desenvolvimento rural sustentado, dos valores sociais, culturais e antropológicos dos produtores e de seus familiares e da produção de alimentos limpos de agrotóxicos. Assim, de um lado, atrelavam-se as ações da geração de tecnologia agropecuária aos sinais induzidos pelos fatores intensivos de capital, muitos deles alienígenas à realidade concreta dos sistemas de produção em uso pelos produtores, mormente os pequenos produtores e, do outro, o extensionista, vin-

(10) van den Berg e van der Straaten (1994: p. 3) mostram que, do ponto de vista econômico, a perspectiva ambiental é vista como a “formulação de negativas externalidades e correção de preços para restaurar a eficiência econômica”.

(11) Garkovich et al (1995) afirmam que uma variedade de relações familiares entre irmãos, irmãs, esposa e marido influenciam a tomada de decisão e a divisão do trabalho.

culava-se ao crédito rural subsidiado e oficial como a principal estratégia de difusão e adoção de inovações circunscritas a específicos pacotes tecnológicos.

Por sua vez, o produtor rural era focalizado como o indivíduo que induz a produção, o qual tornava-se tanto mais eficiente quanto mais as suas decisões individuais pudessem ser direcionadas para a aceitação dos chamados modernos fatores de produção. Às organizações públicas e privadas de assistência técnica era reservado o papel de identificar o estágio de conhecimento tecnológico do produtor e orientá-lo para a adoção de uma inovação tecnológica. Outrossim, tais organizações elaboravam tipologias dos modelos e composição das práticas a serem difundidas e adotadas ou rejeitadas pelos produtores. O papel tático dos agentes públicos foi menos de promotores do desenvolvimento sustentado, e muito mais de fomentador do uso de insumos no convencimento dos agricultores da importância quantitativa de se adotar as inovações tecnológicas.

Acreditava-se que a decisão individual do produtor em adotar uma inovação tecnológica, como sementes melhoradas, pesticidas, mecanização, fertilizantes e irrigação dentre outros, poderia romper com o ciclo de pobreza e fome e promover a mudança social rural. Em verdade, para Havens (1975) o modelo difusionista de tecnologia agropecuária não desencadeou as mudanças sociais esperadas, ao contrário, ajudou quem não necessitava ser ajudado. Assim, ele passou a ser um modo de desigualdade social.

Nesse sentido, priorizou-se o desenvolvimento agrícola sobre o desenvolvimento rural sustentável e não considerou a possibilidade de se ver o espaço rural como um lugar complexo e dinâmico, que pudesse propor soluções alternativas e um novo padrão de desenvolvimento, aqui chamado do *novo mundo rural*. Como resultado, houve um elevado despovoamento do meio rural e a acentuada queda dos pre-

ços dos produtos e da renda agrícola. O espaço rural transformou-se, revertendo à tendência de crescimento da população economicamente ativa que vivia do setor agrícola.

3. O NOVO MUNDO RURAL

É importante verificar que, nas últimas décadas, o espaço rural brasileiro urbanizou-se e a agricultura, que por vocação possuía seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, integrou-se no contexto da economia, respondendo por um alto índice de desemprego e degradação das condições de vida do trabalhador rural. Tanto para o governo como para a sociedade, o desafio passou a ser a busca de soluções para a melhoria das condições de emprego e renda para os trabalhadores urbanos e rurais.

Tornou-se difícil determinar a fronteira entre a atividade rural e a urbana, pois o espaço rural deixou de ser exclusivamente um mundo agrícola. Existe uma tendência visível de redução de pessoas ocupadas na agricultura e um aumento no número de pessoas residentes no campo com atividades não-agrícolas, ou seja, uma camada significativa de pequenos agricultores buscando combinar a agricultura com as outras formas de rendimento não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária. Graziano da Silva e Grossi (1997), analisando os dados da Pnad, constatam que a renda média rural proveniente das atividades não-agrícolas, em 1990, foi 32% maior que a média de renda rural proveniente de atividades agropecuárias. Eles ainda mostram que, entre 1992 e 1995, as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural aumentaram em cerca de 10% ao ano.

Martisussen (1977: p.105), estudando os modos de produção e as classes sociais em sociedades periféricas, argui que no mundo real destas predominam os vários modos de produção. Para ele, o importante é verificar que para ser auto-suficiente o pequeno agri-

cultor, que ele chama de usuário da terra, deve lidar com diferentes lavouras e criações, enquanto as atividades de cuidar das ferramentas agrícolas e dos utensílios domésticos são deixados para os grupos especializados que são identificados como os artesãos e fornecedores de serviços.

Isso leva à conclusão de que o agricultor em tempo integral, principalmente o residente próximo à cidade, e a capacidade produtiva da população residente no campo se expressa, de acordo com Carneiro (1998), em "novas formas da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante". Para ela, nos países desenvolvidos ocorre uma rápida adaptação do agricultor familiar ao processo de modernização, o qual passa a contribuir na formulação de resposta à crise do modelo produtivista.

No Brasil também têm ocorrido transformações que ampliam as possibilidades de trabalho para a população rural mas não exclusivamente na agricultura. As áreas rurais passam a incluir atividades de consumo como lazer, turismo, artesanato, residência, preservação do meio ambiente, dentre outras. Pode-se dizer que o espaço rural sofre mudanças de caráter multidimensional, ou seja, deixa de ser visto apenas pela ótica econômica ou do ponto de vista da produção agropecuária⁽¹²⁾. Del Grossi e Graziano da Silva (1998: p.8) mostram em estudos sobre a população economicamente ativa ocupada em atividade agropecuária, que "40% dos 7,5 milhões de domicílios rurais identificados pela Pnad de 1995 eram pluriativos (24%) ou não-agrícolas (17%), o que reforça a tese de que o mundo rural é hoje muito maior do que o agrícola" ... "isto não significa dizer que o mundo rural não seja predominantemente agrícola, mas que de cada quatro famílias que exercem apenas atividades agrícolas, três ainda residiam em zonas rurais em 1995".

Em outras palavras, o espaço

(12) Graziano da Silva e Del Grossi (1997: p. 8) dizem que o fato das pessoas viverem na área rural não necessariamente significa que elas exercem as suas atividades naquele ambiente.

rural passa a ser visto como um novo mundo rural e como um espaço de produção e consumo da sociedade urbano-industrial, ou, ainda de acordo com Carneiro (1998), o campo torna-se uma referência de um "bom lugar de vida".

4. A PROPOSTA

Em virtude do longo período de crises que caracterizou a década de 80 e do sentido do *novo mundo rural*, tornou-se imperativo o processo de avaliação e transformação das políticas públicas relacionadas ao meio rural, buscando principalmente recuperar os principais instrumentos de desenvolvimento rural. Como resultado, ocorreu a mudança do núcleo das atividades para a esfera local, onde concretamente ocorrem as relações sociais de produção.

Nesse sentido, ressaltam-se algumas iniciativas para a consolidação da proposta em discussão, como segue: a importância da organização dos produtores como meio de fortalecer seu protagonismo no processo de desenvolvimento; os pequenos produtores, a parceria com os sindicatos e organizações dos trabalhadores e produtores rurais; a adequação dos serviços de extensão rural e assistência técnica a esse novo paradigma desenvolvimentista, a descentralização dos serviços que permita maior participação do público nos processos de planejamento, municipalização da agricultura e uso de tecnologias adaptadas aos pequenos agricultores⁽¹³⁾.

Nessa ótica, considera-se em plenitude a diversidade típica da agricultura familiar, principalmente os contrastes regionais e suas diferenciações econômicas, sociais e organizativas. As diferenças culturais e os diferentes sistemas de produção devem ser respeitados e buscadas alternativas de desenvolvimento às diferentes realidades surgidas no interior do novo mundo rural brasileiro.

Inicia-se, desse modo, um amplo processo de sustentação do desen-

volvimento, onde o rural e o urbano passam a ser vistos como unidade em um espaço social a ser viabilizado. O local ou a localidade tornam-se o meio onde se dá o processo de desenvolvimento dos empreendimentos familiares. Não se trata de um processo de descaracterização do espaço rural, mas a sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais; em face dos mecanismos de uma economia globalizada. Elementos da cultura local são incorporados por novos valores, hábitos e técnicas, criando um movimento de dupla direção entre o rural e o urbano. A localidade torna-se a referência espacial como qualificadora de um universo de relações sociais específicas. O sentido de localidade, que não existe em si mesmo, poderá se consolidar quanto mais forte for a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencer e participar a uma dada localidade.

Nesse novo mundo rural, os agricultores familiares deverão realizar inovações no processo produtivo, incluindo as atividades turísticas e culturais, adaptando-se às necessidades econômicas e domesticando as técnicas aos seus interesses e a sua realidade material. Para Carneiro (1998) isso mostra que se inicia um "processo de construção de novas identidades sociais, que não podem ser traduzidas simplesmente pela centralidade na atividade agrícola e nem pelo exercício exclusivo de uma única atividade econômica".

Nesse sentido, redefine-se o papel da agricultura familiar na medida em que a família do produtor rural e o seu meio é que passam a ser focalizados. O importante é entender que existe um raio de ação que ultrapassa a propriedade e os produtos agrícolas. A comunidade, o Município, a microrregião tornam-se a unidade de trabalho em um projeto de planejamento social, onde as necessidades e oportunidades serão exercidas a partir das reivindicações dos agricultores devidamente organizados.

A atividade agrícola passa a ser vista na sua dinâmica multidimensional, envolvendo os fatores econômicos e sociais da produção, da distribuição e do consumo. Os mercados, antes muito específicos, passarão a ser buscados na sua complexidade.

O agricultor familiar será estimulado a produzir além da subsistência e será parte ativa do contexto de um projeto de desenvolvimento local. Como visto, a base estratégica é a participação local, a equidade social, a sustentabilidade ambiental e a competitividade. O fomento à agroindustrialização em bases associativas deverá estimular novas formas de ocupação do espaço rural e do consumo, aprimorando a gestão social das diversas formas organizativas dos produtores. Outrossim, a inclusão de geração de emprego e renda em atividades não agrícolas deverão ser estimuladas de forma coordenada e no contexto da totalidade do desenvolvimento local. Para isso, será incentivada, de forma coordenada entre as diversas estruturas do Estado, a melhoria de infra-estrutura nos Municípios, como energia elétrica, água potável, escolas, postos de saúde, sistemas de comunicação, transporte e lazer.

É necessário considerar, no contexto dos sistemas de produção, o papel da geração, difusão e adoção de tecnologia e as relações de produção holisticamente adaptadas ao meio ambiente. Em outras palavras, é imperativo conciliar os sistemas de produção economicamente viáveis com uma estratégia de preservação ambiental, considerando os saberes científicos oriundos do método hipotético-dedutivo e na linguagem de Woortmann e Woortmann (1997) com o "saber-fazer" e o modo de vida dos produtores rurais e seus familiares. O objetivo é garantir o crescimento equilibrado, diversificado e adequado aos diversos ecossistemas e às condições sociais de produção. De igual maneira, deverão ser combinados, no contexto da totalidade do desenvolvi-

(13) Martinussen (1997: p. 139) expressa que, nos países do Terceiro Mundo, os pequenos agricultores não constituem um poderoso grupo de pressão capaz de influenciar as decisões governamentais. Ao contrário, a infra-estrutura e os serviços têm atingido os ricos e organizados produtores.

mento local do novo mundo rural, os meios de produção disponíveis, como trabalho, crédito, assistência técnica, educação profissional, comercialização e os sinais de novos e alternativos mercados.

5. ESTRATÉGIAS

A proposta e os componentes serão viabilizados por estratégias e mecanismos operacionais. A execução estará consubstanciada por um marco conceitual diretor, a partir de diretrizes e princípios fundamentais, que garantem uma relação sistêmica e holística entre todos os componentes. Os princípios são o desenvolvimento local sustentável, a participação, a comunicação, a descentralização e a parcerias. A estratégia principal é garantir o desenvolvimento local sustentável por meio de mecanismos do "saber fazer" da própria localidade, voltada para o respeito aos elementos sócio-econômicos e culturais, e na perspectiva de introduzir oportunidades de desenvolvimento em um novo mundo rural.

A metodologia de trabalho e as definições temporais e espaciais dos resultados esperados estarão voltadas para o agricultor familiar e sua família, vendo-os como atores fundamentais do processo de desenvolvimento local. A concentração metodológica se dá a partir do fortalecimento e potencialização das ações já iniciadas em municípios do Pronaf, apoiando atividades que garantam maiores condições qualitativas na vida do agricultor familiar.

As linhas metodológicas de ação deverão atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis locais/municipais, pelos agricultores familiares e suas organizações. As atividades deverão fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados. Serão viabilizadas formas de produção, industrialização e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, mediante o apoio de assistência técnica e extensão rural, educação, capacitação, e demais fatores importan-

tes identificados.

O desenvolvimento local será possibilitado por meio da implantação, ampliação, modernização e racionalização da infra-estrutura produtiva e social do meio rural, agilizando os processos de trabalho, estimulando a participação dos produtores e suas organizações em colegiados, assegurando-lhes o protagonismo nas iniciativas do projeto. Serão estimuladas parcerias entre o setor público e o privado para estimular experiências de desenvolvimento por meio da educação, pesquisas, produção e comercialização de produtos locais.

Dessa forma, alguns princípios norteadores e estratégias promoverão a arregimentação das ações no sentido de viabilizar os objetivos propostos pelo projeto.

1) **Adensamento.** A concepção do desenvolvimento local sustentável é de totalidade e de unidade da problemática da agricultura familiar. Os mecanismos de intervenção e participação devem ser adensados no contexto da dinâmica operacional do Pronaf. As ações serão concentradas nos municípios e regiões onde o Pronaf já desenvolve suas atividades, de modo a impedir duplicação de esforços e potencializar os resultados. O adensamento dos componentes e estratégias será operacionalizado no nível municipal por meio do Conselho de Desenvolvimento Rural - CMDR; no âmbito estadual, pelo Conselho Estadual e pela Secretaria Estadual do Pronaf e, na esfera nacional, pelo Conselho Nacional e Secretaria Executiva Nacional do Pronaf.

2) **Comunicação.** O processo de comunicação integrará todos os componentes, difundindo todas as ações desenvolvidas e implementadas pelo projeto. O fundamental é integrar as atividades que compõem os sistemas de produção e comercialização. Não constitui uma ponte ou um mecanismo isolado e individual de comunicação entre

indivíduos. As Redes Integradas de Informações e Assistência Técnica serão formadas por canais apropriados de realimentação de informações de maior interesse dos agricultores familiares. Os canais devem ser formados, fundamentalmente, por núcleos locais interligados.

3) **Desenvolvimento Sustentável.** O desenvolvimento sustentável constitui o conjunto de ações para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e seus familiares e para a conquista de um meio ambiente sustentável e duradouro. Desloca-se o sistema de produção focalizado na planta para o ecossistema do espaço rural, onde vivem e trabalham os produtores. A educação ambiental, atividades de proteção e conservação dos recursos naturais, aliadas a uma proposta de sustentabilidade do desenvolvimento econômico, constituem as bases para um maior envolvimento da localidade com seu ambiente.

4) **Participação.** A participação do poder local na decisão das estratégias de desenvolvimento é a condição indispensável para o alcance dos objetivos de desenvolvimento local e sustentável. Participação deve ser entendida como um processo de conscientização⁽¹⁴⁾ e de envolvimento efetivo dos atores sociais no processo de desenvolvimento. O estímulo à participação será realizado por meio de envolvimento da comunidade nos Planos de Desenvolvimento Municipal, na ação dos agentes de desenvolvimento locais em atividades de extensão, assistência técnica e social, nas decisões compartilhadas pelos agricultores familiares por meio de suas organizações.

5) **Parcerias.** O princípio da parceria requer, para a sua consecução e sucesso, a relação entre o conjunto de atores que compõem a sociedade, por meio das organizações públicas e privadas. As instituições públicas e privadas, organizações não-

(14) Para Chambers (1993), a participação envolve os igualitários e mútuos interesses entre agricultores, pesquisadores e extensionistas. Nessa perspectiva, Chambers (1994: p. 953) apresenta o chamado Participatory Rural Appraisal (PRA) como o conjunto de métodos que torna as pessoas locais capazes de participar, dividir e analisar os seus conhecimentos e as condições de vida para planejar e agir.

governamentais e demais organizações de produtores constituem, assim, os parceiros do Projeto. Espera-se que seja estimulada uma cadeia sustentável de iniciativas, na qual se estabeleça o mecanismo multiplicador de ações bem sucedidas. A co-responsabilidade das ações permite que a localidade se aproprie dos resultados e se identifique por meio deles.

- 6) **Descentralização.** A descentralização, atendendo à dinâmica econômica localizada e integrada no Município, é a base do Pronaf. Por meio desta base as ações buscam identificar a realidade social local e os indicadores de desenvolvimento sustentável, desencadeando novos processos, deslocados da esfera federal e/ou estadual. O agricultor familiar e sua família constituem o centro para onde convergem as ações deste processo descentralizador.

6. ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DAS AÇÕES

Os mecanismos operacionais do projeto de desenvolvimento local sustentável para a agricultura familiar no contexto do novo mundo rural devem abranger, de forma estratégica, participativa e adensada, o conjunto das atividades que viabilizem a produção, a distribuição/comercialização e o consumo, no contexto das relações sociais de produção dos complexos sistemas de produção em uso pelos agricultores e seus familiares. O enfoque central é dado no agricultor familiar, no seu envolvimento ativo no processo de desenvolvimento. Nesse sentido destacam-se as seguintes áreas de concentração, que funcionam como componentes fundamentais do Projeto:

- **Desenvolvimento das Instituições Locais Públicas e Privadas:** Apoio à formulação dos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável, garantindo a representatividade dos atores sociais nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento e respectivas organizações; apoio às entidades de extensão rural e assis-

tência técnica, às instituições não-governamentais que estão interessadas em participar do processo de desenvolvimento local;

- **Desenvolvimento de Recursos Humanos através da capacitação:** Educação formal e não-formal para a profissionalização dos membros da unidade familiar integrada assim como de multiplicadores e agentes de desenvolvimento local, conselheiros municipais e extensionistas rurais e sociais;
- **Produção Familiar Integrada:** Diversificação e verticalização produtiva da unidade familiar e sua integração na estrutura produtiva local com o objetivo de explorar mercados alternativos. Busca-se a requalificação da atividade agrícola de modo a fortalecer a coesão do grupo familiar, preparando para o aumento da produtividade e da competitividade de seus produtos no mercado. Os produtores organizados definirão os mecanismos de tomada de decisão sobre o que produzir, comercializar e adquirir. Será promovida a adequação do processo de mudança na organização da produção, sempre atendendo às características sócio-econômicas e às peculiaridades culturais de cada região.
- **Promoção de Renda não-agrícola:** Promoção de iniciativas produtivas auto-sustentáveis não-agrícolas (turismo, artesanato e outros serviços), visando um novo ordenamento do espaço rural. Deve-se estimular a formação de modelos associativos, fortalecendo as demandas nos campos técnico, econômico, financeiro, organizacional e jurídico das atividades não-agrícolas, contribuindo para a diversificação dos serviços e atividades produtivas de base local.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Tendo como marco de atuação a participação, a descentralização e a municipalização, espera-se que as ações de desenvolvimento local sustentável, no contexto do novo mundo rural brasi-

leiro, alcancem os seguintes resultados:

- fortalecimento do processo decisório local por meio da descentralização das decisões relativas ao planejamento, execução e operação de projetos de desenvolvimento local, promovendo a maior racionalidade e valor agregado à produção familiar local;
- articulação entre os diversos níveis de instituições públicas (federal, estadual e municipal) com os setores organizados da sociedade civil, desde comerciais, industriais, creditícias, como ensino, pesquisa e extensão, comprometidos com a promoção, viabilização e consolidação dos objetivos do desenvolvimento local sustentável;
- ampliação das atividades internas para robustecer o mercado, acompanhadas e complementadas eficientemente por medidas resultantes do fomento à agroindustrialização em bases associativas e organizativas, no contexto da totalidade do desenvolvimento local e do novo mundo rural;
- crescimento equilibrado e diversificado do espaço rural, adequado aos diversos ecossistemas e às condições sociais de produção e do consumo;
- geração de emprego e renda provenientes de atividades não-agrícolas, estimuladas de forma coordenada e no contexto da totalidade do desenvolvimento local e do novo mundo rural;
- agentes de Desenvolvimento Locais capacitados para desenvolverem atividades de assistência técnica, social e ambiental nas unidades de produção familiar no contexto do novo mundo rural;
- agricultores familiares capacitados em técnicas agrícolas básicas, educação ambiental, técnicas artesanais e turismo dentre outras.

8. BIBLIOGRAFIA

BUSCH, L. The State of Agricultural Science and the Agricultural Science of the State. In: Towards a New Political Economy of Agriculture. Edited by E.

- Friedland; L. Busch; F. H. Buttel and A. Ruddy. Boulder. CO: Westview Press. 1991. 69 – 84 p.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: Novas Identidades em Construção. Campinas. Unicamp. 1998. 11 p. (Instituto de Economia – Projeto Rurbano)
- CHAMBERS, R. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal. World Development. Vol. 22, Nº 7. 1994. 953 – 669 p.
- CHAMBERS R. The State and Rural Development: Ideologies and Agenda for the 1990s. Brighton. Institute Development Studies. 1989. 24 p (Discussion Paper 269).
- GARKOVICH, LORRAINE, JANET L. BOKEMEIER and BARBORA FOOTE. Harvest of Hope: Family Farming/Farming Families. Lexington, KY:University of Kentucky Press, 1995. 236 p.
- GIBBONS, M.; C. LIMOGES; H. NOWOTNY; P. SCOTT e P. TROW. The New Production of Knowledge. London. Thousand Oaks and New Delhi. Sage Publications. 1995. 179 p.
- GOVERNO FEDERAL & MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (1996). Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília. 1996. 37 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Por um Novo Programa Agrário. Reforma Agrária. Vol. 23, Nº 2. 1993. 5 – 16 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. & M. E. DEL GROSSI. The Evolution of Rural Non-agricultural Employment in Brazil 1992-1995. 1997. 28 p. (25ª National Meeting on Economics, Recife, Brazil).
- GRAZIANO DA SILVA, J. & M. E. DEL GROSSI. A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995 – 1998. 14 p. (Preparado para o XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural a ser realizado em Poços de Caldas, Minas Gerais, de 10 a 14 de agosto de 1998).
- HAVENS, E. A. Diffusion of new seed varieties and its consequences. A Columbian case. In: R. E. Dunnet & L. J. Brained. Problems of rural development. Leiden. E. J. Brill. 1975.82 – 119p.
- MACÉDO, M. M. C. A Escolha do Problema de Pesquisa na Geração de Tecnologia Agropecuária: O Caso do Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão. Viçosa. Universidade Federal de Viçosa. 1984. 134 p. (Tese de Mestrado).
- MARTINUSSEN, J. Society, State and Market: A guide to competing theories of development. London. Femwood Publishing. 1977. 386 p.
- PASTORE, J.; G. L. S. DIAS & M. C. CASTRO. Condicionantes da Produtividade da Pesquisa Agrícola no Brasil. In: Economia Agrícola – Ensaios. Organizado por João Sayad. São Paulo. USP. 1982. 37 – 85 p.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA & CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Brasília. 1998. 33 p. (Documento Final XIX Reunião do Conselho da Comunidade Solidária).
- ROSA, SUELI L. C. Desafios do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Campinas. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Nºs 2 e 3, Vol. 25. 1995. 185-192 p.
- VAN DEN BERG, J. & J. VAN DER STRAATEN. Toward Sustainable Development: Concepts, Methods, and Policy. Washington. Island Press. 1994. Pp. 1-24
- VEIGA, E. da & R. ABRAMOVAY. Análise (Diagnóstico) da Inserção do Pronaf na Política Agrícola. São Paulo. 1998. 42 p. (Relatório Final: Versão Provisória)
- WOORTMANN E. F. & K. WOORTMANN. O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura. Brasília. Editora da UnB. 1997. 192 p.